

ÍNDICE

I – Razão de ordem	7
II – O recurso hierárquico impróprio e o recurso para o delegante	11
III – Os recursos administrativos especiais	17
IV – A natureza controvertida da delegação de poderes	21
V – A avocação como elemento singular da delegação de poderes	25
VI – A delegação de poderes como licença	33
VII – Racionalidade e intencionalidade na norma jurídica	37
VIII – Delegação de poderes e hierarquia administrativa	43
IX – O recurso tutelar	47
X – A especialidade no recurso administrativo (especial)	49
XI – Habilitação expressa	51
XII – O elemento sintático	55
XIII – Qualificação jurídica de «casos expressamente previstos na lei»	59
XIV – O recurso hierárquico e a delegação de poderes	63
XV – Os poderes de supervisão do delegante	65
XVI – Recursos administrativos especiais facultativos e necessários	67
XVII – A delegação de atribuições e o recurso administrativo	69
XVIII – O elemento sistemático	79
XIX – A delegação de poderes sob habilitação genérica	85
XX – O recurso para o plenário de órgãos colegiais: condicionantes	89
XXI – O recurso tutelar e a tipicidade	93
XXII – Superintendência e recurso administrativo especial	97
XXIII – Principais conclusões	103